PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E IDENTIDADE INDÍGENA: REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI Nº11.645/08 EM ITAPETINGA-BA

Edizanjala Almeida Nascimento Gomes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009.0003.8329.2327
Endereço eletrônico: edi.z.a@hotmail.com

Palavras-chave: Lei nº 11.645/08; Identidade indígena; Práticas docentes; Ensino Fundamental II.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 11.645/08 representou um importante avanço nas políticas educacionais brasileiras ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas da educação básica. A legislação surge como uma resposta histórica às demandas dos movimentos sociais e das comunidades tradicionais que, durante décadas, denunciaram o apagamento cultural e a invisibilidade dos povos indígenas e afro-brasileiros nos currículos escolares. Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental na valorização da diversidade étnico-racial e na desconstrução de narrativas históricas eurocêntricas que inferiorizaram esses grupos ao longo do processo de formação social brasileira.

Apesar dos avanços legais, a efetivação da Lei nº 11.645/08 ainda enfrenta inúmeros desafios no cotidiano escolar. Em muitas instituições de ensino, a temática indígena continua sendo trabalhada de forma superficial, limitada a datas comemorativas, práticas folclorizadas ou representações estereotipadas do indígena como sujeito pertencente exclusivamente ao passado. Essa abordagem reduzida contribui para a manutenção de preconceitos históricos e dificulta a construção de uma educação verdadeiramente intercultural, crítica e inclusiva.

No município de Itapetinga-BA, essa problemática ganhou contornos ainda mais relevantes diante da presença de estudantes com ascendência indígena que, frequentemente,

não se reconheciam nos conteúdos abordados em sala de aula. A ausência de uma abordagem aprofundada sobre a diversidade dos povos indígenas brasileiros e suas contribuições históricas, sociais, políticas e culturais compromete o processo de construção identitária desses sujeitos, reforçando sentimentos de invisibilidade e exclusão.

METODOLOGIA

A presente pesquisa integra a dissertação de Mestrado intitulada Para além do estereótipo: práticas docentes e a construção da identidade indígena em escolas do Ensino Fundamental II no município de Itapetinga-BA. De abordagem qualitativa, busca compreender práticas pedagógicas e representações sobre a temática indígena no contexto escolar (GIL, 2017).

A pesquisa é desenvolvida em duas escolas públicas municipais de Ensino Fundamental II de Itapetinga-BA, envolvendo aproximadamente 40 participantes: 30 estudantes dos 8º e 9º anos e 10 professores de História e Geografia.

A produção dos dados ocorre em três etapas: pesquisa bibliográfica e documental, com análise de legislações e estudos sobre a temática indígena; pesquisa de campo, com aplicação de questionários e realização de observações registradas em diário de campo; e organização e análise dos dados produzidos.

Os questionários são aplicados aos estudantes e professores, buscando identificar conhecimentos, representações e práticas relacionadas aos povos indígenas e à implementação da Lei nº 11.645/2008. As observações complementam essas informações, permitindo analisar como a temática é trabalhada no cotidiano escolar.

Os dados são organizados e analisados por meio da análise de conteúdo, considerando as respostas dos participantes, os registros do diário de campo e os documentos selecionados. As questões fechadas serão apresentadas de forma descritiva, enquanto as questões abertas serão analisadas qualitativamente.

Por fim, será realizada a triangulação dos dados, articulando questionários, observações, documentos e referencial teórico. A pesquisa seguirá os princípios éticos aplicáveis, garantindo consentimento, sigilo e preservação da identidade dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a pesquisa esteja em desenvolvimento, a análise preliminar indica a permanência de práticas superficiais e folclorizadas sobre os povos indígenas, muitas vezes restritas a datas comemorativas. Monteiro (1994) e Munanga (2005) destacam que essas representações estão relacionadas a uma herança colonial e eurocêntrica ainda presente no ambiente escolar.

Nesse contexto, a efetivação da Lei nº 11.645/08 requer avanços na formação docente, nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas, fortalecendo uma educação intercultural, plural e comprometida com o reconhecimento dos povos indígenas.

CONCLUSÕES

A implementação da Lei nº 11.645/08 ultrapassa o cumprimento legal e envolve o reconhecimento, a valorização e a visibilidade dos povos indígenas no espaço escolar. A pesquisa evidencia a necessidade de superar abordagens estereotipadas e folclorizadas, fortalecendo práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade e a educação intercultural.

Ao investigar as práticas docentes no Ensino Fundamental II de Itapetinga-BA, o estudo busca contribuir para o debate sobre formação docente e ensino da história e cultura indígena, oferecendo subsídios para práticas educativas mais críticas, inclusivas e comprometidas com a valorização das identidades indígenas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 ago. 2026.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 24 ago. 2026.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".** Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 24 ago. 2026.

COSTA, A. M. R.; SILVA, G. J. **História e culturas indígenas na educação básica.** São Paulo: Autêntica, 2018.

GIL, Carlos A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Sobre tutela e participação:** povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. Mana, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 425-457, ago. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p425.

MARQUES, E. P.; TROQUEZ, M. C. (org**.). Educação das relações étnico-raciais:** caminhos para a descolonização do currículo escolar. Curitiba: Appris, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Educação e relações étnico-raciais:** para uma pedagogia antirracista. São Paulo: Summus, 2005.

MUNANGA, Kabengele**. Negritude: usos e sentidos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília, DF: MEC/SECAD; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

_____, João Pacheco de. **A viagem de volta: e**tnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história.** São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

SILVA, J. G.; MEIRELES, C. M. (org.). **A Lei 11.645/08:** uma década de avanços, impasses, limites e possibilidades. Curitiba: Appris, 2019.

SOUZA, S. S. **O livro didático e as influências ideológicas das imagens:** por uma educação que contemple a diversidade social e cultural. Dissertação Que Contemple A Diversidade Social E Cultural. Dissertação: Mestrado emeducação, 2014. 188p.